

KUPFER, D. Países Golfinhos. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 09/09/2015. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/paises-golfinhos.ghtml>

---

## **Países Golfinhos**

09/09/2015

Primeiro foram os tigres. Denominação surgida ainda nos anos 1970 para identificar um grupo de quatro países, com a Coreia do Sul à frente e mais Cingapura, Hong Kong e Taiwan, que experimentavam rápidos processos de industrialização, tornou-se referência obrigatória sobre casos nacionais bem-sucedidos de desenvolvimento econômico.

Depois vieram os gansos voadores. Embora ideia bem mais antiga, ganhou visibilidade em meados dos anos 1980 como uma metáfora descritiva (a rigor, um modelo de desenvolvimento, diga-se de passagem, pouco convincente) da revoada de Malásia, Tailândia e congêneres e ainda do posteriormente super-ganso China. São países que articularam processos igualmente bem-sucedidos de “catching-up” industrial com base em capitais e tecnologias transferidos de outras nações mais industrializadas.

Agora, nos anos 2010 chegou a vez dos golfinhos. São os países que emergem, mantêm-se à tona por uns instantes e submergem do novo. Parece o caso do Brasil? E é.

### ***Política industrial serviu fins compensatórios a mazelas impostas à economia real pela gestão macroeconômica***

A parte dos distintos habitats em terra, ar e mar, o que mais diferencia esses bichos? Tigres e gansos, mais facilmente encontrados na Ásia, destacam-se pela tenacidade com que perseguem um projeto nacional de desenvolvimento, a despeito dos ajustes e adaptações que forçosamente vão sendo introduzidos com o passar dos ciclos longos tecno-econômicos do capitalismo mundial.

Já os golfinhos, abundantes na América Latina contemporânea, notabilizam-se por se deixarem levar pela crença de que apenas uma boa macroeconomia seja suficiente para promover o desenvolvimento. São países que progressivamente foram renunciando à implementação de políticas industriais capazes de se contrapor a uma inserção internacional passiva, que os condenam a flutuar ao sabor das ondas de expansão e retração dos mercados mundiais.

São nos momentos de crises recessivas globais que o contraste entre essas experiências nacionais de desenvolvimento aparece com muita nitidez. Vejam-se, por exemplo, os casos de Brasil e Coréia. Ambos eram países de industrialização recente ao final dos anos 1970. Ambos foram pesadamente afetados pela grave crise provocada pela elevação dos preços do petróleo e das taxas de juros em 1979.

No entanto, nem por isso na Coréia os objetivos nacionais de desenvolvimento foram abandonados ou substituídos. Reviu-se a estratégia, mudaram-se os instrumentos, mas o país não abdicou da sua busca obsessiva pelo emparelhamento tecnológico e pela transformação

radical da sua estrutura social. Em poucos anos, a trajetória firme de expansão da economia já se encontrava reconstituída, pavimentando o caminho rumo à condição de nação desenvolvida.

Já para o Brasil, a história é radicalmente distinta. A re-arrumação macroeconômica foi muito mais demorada; o desfecho só veio em meados da década de 1990, após mais de dez anos de experiências fracassadas. E, mesmo assim, o modelo de estabilização que se logrou alcançar embutia uma conjugação de regimes monetário, cambial e fiscal muito pouco favoráveis ao desenvolvimento. Mesmo os anos de bonança econômica vividos na década passada não foram suficientes para propiciar o surgimento de uma nova estratégia de desenvolvimento que pudesse coordenar os investimentos na construção de um futuro mais pujante e sustentável.

E por que isso ocorreu? São muitas as razões, mas há uma que merece ser destacada. No Brasil, a economia política do desenvolvimento está tensionada por duas forças centrífugas que, embora originárias de campos independentes, se potencializam, conduzindo a uma virtual paralisia na capacidade de estabelecer um pacto social pró-desenvolvimento e muito menos formular políticas ativas visando a sua concretização.

A primeira força deriva do intenso caráter redistributivo da democracia brasileira, como cabalmente exemplificado quando da regulação da exploração do petróleo do pré-sal. Nesse episódio, as instâncias políticas focaram muito mais nas regras de distribuição dos frutos esperados do que no desenho de uma organização da produção que os efetivasse. É importante que se diga com todas as letras que essa força distributivista é mais do que justificável; é desejável.

É justificável devido ao ponto de partida altamente desigual que vigorava quando do retorno do país à democracia em 1985. É desejável porque, a despeito de avanços acumulados nesses 30 anos, o nível de desigualdade entre pessoas e regiões que ainda perdura no país é excessivo. A implicação aqui é imediata: a política industrial, tradicionalmente apenas alocativa, vê-se diante da necessidade de se reinventar de modo a conciliar a busca do catching-up com esses novos objetivos redistributivos. Esse é o primeiro desafio.

A segunda força decorre da crescente utilização de medidas e instrumentos de política industrial para fins compensatórios das mazelas impostas à economia real pela gestão macroeconômica. Aqui se incluem um sem-número de iniciativas visando minorar os efeitos perversos da valorização cambial e das taxas de juros muito elevadas e, mais recentemente, da retração da demanda.

Ao contrário da força distributiva, esse direcionamento da política industrial para finalidades compensatórias é fortemente indesejável. É consequência do papel auxiliar da política macroeconômica que há décadas vem sendo reservado para a política industrial no Brasil. Reverter esse quadro, retirando os instrumentos da política industrial do corpo a corpo da conjuntura e preservando-os para os seus objetivos estruturantes de longo prazo é o segundo desafio.

O que vai recolocar o golfinho na superfície não são ajustes nem muito menos seus desajustes. Como mostraram os tigrês, não é porque os desafios do desenvolvimento são de longo prazo que o seu enfrentamento pode ser deixado para amanhã.

David Kupfer é diretor do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador do Grupo de

Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ). Escreve mensalmente às segundas-feiras. E-mail: [gic@ie.ufrj.br](mailto:gic@ie.ufrj.br).